



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO



Instituições do Terceiro Setor:
Uma Análise da Atuação do Grupo Cultural Adimó na Cidade de Picos – PI

Third Sector Institutions:
An Analysis of the Performance of Grupo Cultural Adimó in the City of Picos – PI

Marisa Leal da Costa¹, Kary Emanuelle Reis Coimbra².

¹ Graduanda em Administração pela UFPI;

² Professora da UFPI, mestre, orientadora.

FICHA CATALOGRÁFICA
Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca José Albano de Macêdo

C837i Costa, Marisa Leal da.
Instituições do Terceiro Setor: uma análise da atuação do Grupo Cultural Adimó na cidade de Picos-PI / Marisa Leal da Costa – 2015.
CD-ROM : il.; 4 ¾ pol. (29 f.)
Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Universidade Federal do Piauí, Picos-PI, 2016.
Orientador(A): Profa. Me. Kary Emanuelle Reis Coimbra.

1. Terceiro Setor. 2. Grupo Cultural Adimó. 3. Políticas Públicas. I. Título.

CDD 658.048



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

Rua Cícero Eduardo S/N – Bairro Junco – 64.600-000 – Picos – PI.
Fone (89) 3422-1087 – Fax (89) 3422-1043



PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA
DE DEFESA DE ARTIGO CIENTÍFICO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

MARISA LEAL DA COSTA

Instituições do Terceiro Setor:

Uma Análise da Atuação do Grupo Cultural Adimó, na Cidade de Picos – PI.

A comissão examinadora, composta pelos professores abaixo, sob a presidência da primeira, considera a discente como:

- () **Aprovado(a)**
() **Aprovado(a) com restrições**

Observações: a nota está condicionada a entrega do TCC final com todas as alterações sugerida pela banca nos prazos previamente estabelecidos.

Picos (PI), 08 de julho de 20 15.

Kary Emanuelle Reis Coimbra

Kary Emanuelle Reis Coimbra - Msc

Fagunes Ferreira de Moura

Fagunes Ferreira de Moura - Msc

Karla Maria Mateus

Karla Maria Mateus - Esp

RESUMO

O Terceiro Setor constitui-se como uma alternativa aos problemas da sociedade, ampliando sua participação no cenário social. Partindo desse ponto de vista, o presente trabalho busca investigar de que forma o Grupo Cultural Adimó (GCA) atua na cidade de Picos – PI, enquanto instituição do Terceiro Setor. A realização dessa pesquisa consiste em um estudo qualitativo, que apresenta características de natureza descritiva e exploratória, sendo os dados averiguados por meio da análise de conteúdo. Foram usados ainda para a coleta dos dados, técnicas de observação e entrevistas semiestruturadas que foram realizadas com o fundador, sua esposa e sete participantes do GCA, além de um representante da prefeitura do município. Os resultados obtidos demonstram claramente que não existe uma preocupação por parte do Estado, em realizar políticas públicas que beneficie o setor social, enquanto ao objeto em estudo, demonstra que possui um papel importante para a comunidade local, principalmente no desenvolvimento de atividades que envolvam os aspectos da cultura negra e promovam a diminuição da ociosidade.

Palavras-chaves: Terceiro Setor. Grupo Cultural Adimó. Estado. Políticas Públicas. Sociedade.

ABSTRACT

The Third Sector is constituted as an alternative to the problems of society, increasing its share on the social scene. From this point of view, this paper investigates how the Grupo Cultural Adimó (GCA) operates in the city of Picos - PI, while the Third Sector institution. The realization of this research consists of a qualitative study, which shows characteristics of descriptive and exploratory nature, the data being ascertained through content analysis. Also they were used for data collection, observation techniques and semi-structured interviews were conducted with the founder, his wife and seven participants of GCA, plus a representative of the municipal council. The results clearly demonstrate that there is concern on the part of the State, to hold public policies that benefit the social sector, while at the object under study shows that an important role for the local community, especially in the development of activities involving aspects of black culture and promote the reduction of idleness.

Key-words: Third Sector. Grupo Cultural Adimó. State. Public Policy. Society.

1 INTRODUÇÃO

As instituições do Terceiro Setor constituem-se hoje em instrumentos essenciais na assistência e manutenção das atividades do Estado, haja visto que, estas são responsáveis por fornecer as condições necessárias para que este possa suprir suas carências, em atender as indigências da população. Segundo Tavares Neto e Fernandes (2010), o papel dessas organizações é fundamental na prestação de serviços inerentes às políticas públicas, estimulando iniciativas voltadas para a construção da cidadania e desenvolvimento social.

O forte crescimento desse segmento nos últimos anos encontra-se estritamente ligado ao aumento das desigualdades sociais e a escassez de medidas públicas. Essa realidade, capaz de produzir desigualdades, principalmente para as minorias, historicamente prejudicadas no processo de construção da nossa sociedade. O Terceiro Setor, para Oliveira (2005), apresenta-se então, muitas das vezes, como uma alternativa de inclusão social desse público desprovido

de meios e recursos, tais como educação, saúde, moradia, cultura, entre outros aspectos indispensáveis para a promoção do bem-estar social. Portanto, o setor social constitui-se como um agente protagonista de uma nova realidade social.

No Brasil, assim como em outros países, esse setor tem crescido de maneira significativa. Contudo, é possível observar que o processo de desenvolvimento do Terceiro Setor se encontra num estágio principiante e com isso é comum que as pessoas desconheçam as diversas áreas de sua atuação (LUCA, 2008). Outro fator importante é que a organização dessas instituições, normalmente é feita através de pessoas da própria comunidade e que visam desenvolver atividades voltadas para o seu convívio.

Atuante na cidade de Picos, no interior do Piauí, o Grupo Cultural Adimó (GCA) constitui-se como uma entidade de interesse social, responsável por promover educação integral para crianças, adolescentes, jovens e idosos da sociedade local, através de atividades culturais voltadas para a questão étnica racial, tendo por seu principal viés a cultura negra. Sua atuação encontra-se fixada no idealismo emergente do Terceiro Setor, visto que, o grupo promove assistência para essas pessoas e a partir disso, proporciona o suprimento de algumas lacunas deixadas pela não atuação das entidades governamentais da região. Diante do exposto, verifica-se a seguinte problematização: **"De que forma o Grupo Cultural Adimó atua na cidade de Picos-PI, enquanto instituição do Terceiro Setor?"**

Partindo dessa concepção, juntamente com o prévio conhecimento a respeito do GCA e a realização de suas atividades, se observou a necessidade de conhecer mais a fundo esta entidade. Com isso, a fim de responder a tal questionamento e salientar ainda outras demais discussões, traçamos os seguintes objetivos específicos: 1) Identificar a história de atuação do Grupo Cultural Adimó enquanto instituição do Terceiro Setor; 2) Identificar os principais benefícios proporcionados especialmente por esta instituição, para a sociedade picoense; 3) Analisar a relação do Grupo Cultural Adimó, junto às instituições governamentais da cidade.

O artigo está disposto em seis partes, a contar desta introdução. No capítulo 2, abordamos um breve histórico sobre o Terceiro Setor, analisando o seu surgimento e atuação no mundo e na sociedade brasileira. No capítulo 3 trataremos de conhecer as suas características, funcionamento, legislação e atuação na sociedade. No capítulo 4 será apresentada a metodologia utilizada na pesquisa. No capítulo 5, teremos a análise dos resultados. E por fim, no capítulo 6 traremos as considerações finais sobre o trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Terceiro Setor: um breve histórico

O Terceiro Setor tem sua origem marcada na disfunção existente entre o Estado e a sociedade. É evidente que nos últimos anos houve uma evolução significativa em termos de estrutura e atuação das organizações que formam este segmento, entretanto essas mudanças são fruto de problemas políticos, sociais e econômicos ocorridos após a Segunda Guerra Mundial, que levaram ao aumento das desigualdades sociais em âmbito global (ALBUQUERQUE, 2006). Todavia, é apenas a partir dos anos 50, segundo explicita Calegare (2005) e Calegare e Silva Junior (2009), que surge o reconhecimento dessas instituições nos Estados Unidos da América, país que sempre foi notado pelas questões filantrópicas e de associações voluntárias.

Além disso, esses autores afirmam ainda que, foi no final da década de 70, que nasceu o termo em inglês *Third Sector* (Terceiro Setor), condição que levaria as organizações a serem vistas, como uma área ligada a política, economia e vida social da América e mais além, essas transformações produziram o modelo tri-setorial, que consiste em Estado, Mercado e Terceiro Setor. Dessa forma, a caracterização desse setor na economia norte-americana, tem

pouco menos de cinquenta anos e foi a partir desse período que a expressão passou a ser difundida a nível global. Porém, essa expansão não se realizou de maneira homogênea, tendo como consequência a preservação dos aspectos regionais de cada território, e que influenciam no modo de organização e atuação do próprio na atualidade.

De certo, essa diversidade associado com os inúmeros papéis que desempenha, dificulta uma delimitação conceitual unificada. Por essa razão, vários autores como Carrion (2000); Andrade (2002); Rauski (2004); Rossoni, Onozato e Horochovski (2006); Silva, F. (2008); Luca (2008); Calegare e Silva Junior (2009); Alves Júnior, Faria e Fontenele (2009) e Magalhães (2012), buscam defini-lo como sendo, um conjunto de entidades de iniciativa privada, que tem suas origens na sociedade civil, mas que possui finalidade pública e não lucrativa, atuando na produção de bens e serviços, visando o bem estar social da coletividade, podendo trabalhar de forma integrada com o setor público e o privado.

O mesmo, juntamente com o Estado e as organizações privadas constituem os três segmentos, que compõem a base econômica da sociedade. Segundo Luca (2008), o Estado constitui o Primeiro Setor, sendo responsável pelas questões sociais, já para os fatos de âmbito individual, estes são organizados pelo Segundo Setor, compostos pelas iniciativas privadas, que tem como objetivo principal o lucro, e por fim, é constatado a existência do Terceiro Setor, que não é público e nem privado, mas sim uma união de ambos, com finalidade pública e que visa suprir as carências deixadas pelo Estado.

No Brasil, as ações por parte das instituições sem fins lucrativos, iniciaram-se a partir do século XIX. Apesar disso, vestígios demonstram que as primeiras formas de organização desse sistema, foram implantadas no país desde sua colonização. Segundo Oliveira (2005), as primeiras instituições surgiram com a igreja, porém não existiam espaço para que essas entidades desenvolvessem atividades sociais livremente e de forma voluntária, por causa do processo de exploração territorial. Por essa razão, as ações sociais passaram a ser aplicadas por iniciativa popular, através de associações, movimento esse denominado de catolicismo popular.

Durante esse período foram observados, ainda que de maneira muito vaga, os primeiros passos do que denominamos hoje de Terceiro Setor no Brasil. Esse termo, entretanto, só veio a ser conhecido de fato no século XX, com a inserção de novos atores advindos de outras religiões no desenvolvimento de ações filantrópicas em conjunto com o Estado e também através das mudanças sofridas pela sociedade, por conta do processo de modernização, causado pela industrialização e urbanização (MANÃS; MEDEIROS, 2012). Porém, foi a partir das décadas de 60 e 70, quando o Estado passava por um conturbado período de restrições político-partidárias, imposta pela Ditadura Militar, que houve o processo de constituição e consolidação dessas entidades na sociedade brasileira (ALVES JÚNIOR; FARIA; FONTENELE, 2009). Essas ações tinham por objetivo diminuir as desigualdades sociais, geradas principalmente pela concentração de renda nas mãos de uma parcela minoritária da população.

Mais tarde, já nas décadas de 80 e 90, após um extenso período de Regime Militar, o setor sem fins lucrativos entrou em um processo de crescimento, essa evolução ocorreu em virtude das mudanças conduzidas pela abertura política no país, com a presente participação popular da sociedade, que tinha como finalidade lutar contra a realidade de exclusão social e de direitos (CUNHA et al., 2011; PERONI; CAETANO, 2012). Contudo, foi a partir da promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988, que na visão de Santos, Dorta e Silva (2010) e Manãs e Medeiros (2012), essas reivindicações passaram a ser atendidas, através do aumento dos direitos de cidadania e descentralização das políticas sociais. Sendo, portanto, nessa época que o setor social, idealizou-se de maneira mais sólida, tornando-se indispensável para a sociedade.

Por meio desse novo cenário, o Estado na perspectiva de Oliveira (2008) procura reestabelecer seu papel, passando de executor a impulsionador de políticas sociais. Na compreensão do autor, essa reestruturação corresponde a proposta de um estado mínimo, a fim de maximizar e fortalecer as organizações da sociedade civil e as não governamentais. Para Silva, C. (2008), essas modificações aconteceram por causa da decadência do Setor Público e da sua incapacidade em atender as demandas sociais, encontrando assim, no setor emergente da sociedade civil, a saída para estes problemas, que não são ou nunca foram solucionados pelo mesmo.

Em virtude dessas circunstâncias e da valorização do segmento social, em meados dos anos 90, esse novo mercado passou a ser reconhecido também pelas organizações pertencentes ao setor empresarial. Tal contexto, evidencia a introdução da visão de mercado no setor não governamental, através da prática de adesão a programas e projetos sociais, principalmente por meio da implantação de seus próprios institutos e fundações (SILVA, C. 2008; 2010). Ainda de acordo com o autor, esse apoio pode consistir como cumprimento de responsabilidade social ou investimento estratégico no desenvolvimento e aperfeiçoamento da imagem institucional da empresa, visando a alavancagem do empreendimento, visto que se trata do setor com fins lucrativos, portanto este tem por finalidade o lucro e o reestabelecimento do capital investido. Por outro lado, esse relacionamento entre os setores traz como resultado o surgimento de novas alternativas em parcerias e fontes de recursos para as instituições da área social.

Assim, a busca por melhorias em termos de acesso a bens e serviços, consiste como uma das características que marca o atual contexto brasileiro, embora as origens dessas lutas, possam ser identificadas em vários períodos ao longo da história (CALEGARE, 2005; LUCA, 2008). Portanto, as mudanças históricas, os renovados métodos de atuação das empresas, associados ao novo marco legal, em especial para o setor, destacam a evolução sofrida pela sociedade e o seu processo de modernização, que contribuíram para o crescimento e a profissionalização dessas entidades, bem como aumento da sustentabilidade e dos financiamentos pertencentes ao Terceiro Setor.

3.1 Terceiro Setor: características, funcionamento, legislação e atuação na sociedade

As instituições que integram o Terceiro Setor, são constituídas na ênfase da iniciativa privada, porém o foco de suas ações se destinam a finalidade pública. Por essa razão, a expressão organizações da sociedade civil para Luca (2008), é usada para destacar as características desse agente social, que apresenta autonomia em relação ao Primeiro Setor (Estado) e ao Segundo Setor (Mercado).

Entre estes aspectos, as principais características que os diferenciam são: o **lucro**, que não consiste na razão de sua existência, mas como uma necessidade para a sobrevivência e manutenção dessas instituições e de suas atividades; os **propósitos institucionais**, que independente das responsabilidades específicas de atuação, tem como finalidade a transformação social; o **patrimônio**, que não pertence ao indivíduo empreendedor, mas a sociedade civil como um todo ou parte dela; as **contribuições, doações e subvenções**, que correspondem as fontes primárias de recursos nas áreas financeiras, econômicas e materiais das organizações sociais; a **auto-gestão**, que se constitui na habilidade de gerenciar a sua ações, sem interferências externas; e a **participação voluntária**, que contribui para a realização e desempenho da gestão e das atividades (MOURA; FERNANDES, 2009; VOESE; REPTCZUK, 2011; CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL [CRCRS], 2011 - grifo nosso).

No âmbito geral podemos verificar as principais particularidades dos três setores que integram a base da economia. Nota-se que, os recursos advindos do Primeiro Setor são de

caráter público com finalidade pública, ou seja, atendem aos interesses da coletividade, portanto não possuem fins lucrativos. Já para o Segundo Setor, esses meios são de origem privada e com fins privados, visam o enriquecimento do empreendedor, a finalidade neste caso é lucrativa. Por fim, o Terceiro Setor, que nem é público nem privado, mas uma junção de ambos, pois é composto por instituições privadas com o objetivo de proporcionar o bem-estar social, dessa forma sua atuação é sem fins econômicos, como exemplificado no Quadro 1 da página seguinte.

Quadro 1 – Caracterização dos Setores

CARACTERÍSTICAS	ESTADO	MERCADO	TERCEIRO SETOR
Propriedade	Pública	Privada	Privada
Finalidade	Pública	Privada	Pública
Valores	Públicos	Individuais	Coletivos e Públicos
Fins econômicos	Sem fins lucrativos	Com fins lucrativos	Sem fins lucrativos
Natureza do trabalho	Servidores públicos	Empregados	Voluntário/ Funcionário

Fonte: Moura e Fernandes (2009).

Em relação a criação e funcionamento, as entidades sociais estão amparadas e regulamentadas pelo Código Civil Brasileiro (CCB) atual, no qual determina que, a constituição de uma instituição pode ocorrer através de escritura pública ou testamento, quando se tratar de uma fundação e por meio de assembleia e ata, no caso de associações. Segundo o Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2008) e CRCRS (2011), após a fundação ser estabelecida por um dos instrumentos legais (escritura pública ou testamento), é necessário que aconteça o seu registro junto ao cartório de pessoas jurídicas, para que haja a conclusão do processo de criação. Apesar, do reconhecimento de sua existência enquanto entidade social, ainda falta para ela a autorização de funcionamento regular, que consiste na elaboração de seu estatuto e aprovação do mesmo pelo Ministério Público da região onde está localizada a sua sede.

No que diz respeito as associações, para que sejam fundadas é indispensável que haja a reunião dos associados em uma assembleia, com o objetivo de decidirem sobre o estatuto, a escolha dos membros para os órgãos internos e a definição a respeito da sede para as atividades (CFC, 2008; CRCRS, 2011). Realizado o encontro, deverá ser elaborada a ata de criação da associação, que conterà a assinatura de todos os membros fundadores presentes. Para obter o reconhecimento legal é obrigatório o registro da ata e do estatuto aprovado pelos associados no cartório de pessoas jurídicas. Por fim, as questões que tratam a respeito das dissoluções das entidades em ambos os casos, devem estar especificadas em seus estatutos.

Outro aspecto importante sobre o Terceiro Setor no Brasil, está relacionado a abrangência de suas ações. Para Gimenes e Mazzei (2008), essas ocorrem nas mais variadas áreas, por meio de um grande número de atividades. Em virtude desse crescimento apresentado pelo setor e a necessidade de mapear essa expansão, fez surgir em 2002, o estudo sobre as Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (FASFIL), realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e também pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com base no Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) do IBGE, inscritas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), do Ministério da Fazenda.

Atualmente a pesquisa mais recente emitida por esses órgãos em relação ao setor sem fins lucrativos, consiste em um relatório publicado em 2012, com dados que foram coletados em 2010. Portanto, segundo informações do IBGE (2012), existem inúmeras entidades neste segmento e destaca os seguintes grupos, como sendo os mais comuns: habitação; saúde; cultura e recreação; educação e pesquisa; assistência social; religião; partidos políticos,

sindicatos, associações patronais e profissionais; meio ambiente e proteção animal; desenvolvimento e defesa de direitos; e outras instituições privadas sem fins lucrativos, conforme a Tabela 1 da página seguinte.

Tabela 1 – Distribuição por unidades das FASFIL.

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Fundações privadas e associações sem fins lucrativos					
	Total	Percentual (%)	Faixa de ano de fundação			
			Até 1980		De 1981 a 1990	
			Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)
Habitação	292	0,1	19	0,1	91	0,2
Saúde	6 029	2,1	1 722	4,7	878	1,9
Cultura e recreação	36 921	12,7	7 201	19,6	7 411	16,4
Educação e pesquisa	17 664	6,1	2 503	6,8	1 833	4,1
Assistência social	30 414	10,5	5 108	13,9	5 629	12,5
Religião	82 853	28,5	14 530	39,5	14 357	31,8
Partidos políticos, sindicatos, associações patronais e profissionais	44 939	15,5	2 929	8,0	5 602	12,4
Meio ambiente e proteção animal	2 242	0,8	71	0,2	178	0,4
Desenvolvimento e defesa de direitos	42 463	14,6	1 044	2,8	6 921	15,3
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	26 875	9,3	1 701	4,6	2 232	4,9
Total	290 692	100,0	36 828	100,0	45 132	100,0

Fonte: Adaptado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015).

De acordo com os dados da Tabela 1, nota-se que o número de organizações sem fins lucrativos no Brasil, encontra-se próximo a casa dos trezentos mil, apesar do crescimento nos últimos anos, o valor ainda pode ser considerado pequeno, se comparado aos resultados apresentados por países como a exemplo os Estados Unidos, Alemanha, França, Canadá entre outros que também incentivam o desenvolvimento do setor social. Mais ao mesmo tempo, esses dados também se mostram animadores, se lavados em consideração que a legislação do país não contribui para esse crescimento. Segundo o IBGE (2012), os números atuais de instituições correspondem a 5,2 % do total de 5,6 milhões de entidades públicas e privadas, lucrativas e não lucrativas, que integram o CEMPRE, do IBGE.

Além disso, esses números que crescem refletem ainda mais a falta do Estado no cumprimento de ações que atendam as demandas sociais. No Brasil, é grande a carência de políticas públicas, que favoreçam o desempenho desse papel, seja ele de maneira direta ou através da transferência dessa responsabilidade para a sociedade civil. Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2008), as políticas públicas constituem-se como um conjunto de ações que tem o objetivo de promover ou não a resolução

de questões da sociedade. Assim, a ausência de uma gestão pública eficiente interfere diretamente no bem-estar social, influenciando a qualidade de vida da população e nas desigualdades sociais e regionais.

Sendo assim, a escassez de medidas públicas também contribui com o número de instituições no país. A falta de investimento de maneira direta por parte do Estado, poderia ser compensada com o incentivo para essas instituições, a fim de possibilitá-las a desenvolver suas atividades de forma mais eficiente. Podemos observar estes números na Tabela 2 da página seguinte.

Tabela 2 – Distribuição das FASFIL e população total, segundo as grandes regiões

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos		População total	
	Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)
Norte	14 128	4,9	15 864 454	8,3
Nordeste	66 529	22,9	53 081 950	27,8
Sudeste	128 619	44,2	80 364 410	42,1
Sul	62 633	21,5	27 386 891	14,4
Centro-Oeste	18 783	6,5	14 058 094	7,4
Brasil	290 692	100,0	190 755 799	100,0

Fonte: Adaptado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015).

No conjunto das FASFIL, destacam-se dois pontos importantes, a distribuição dessas instituições em relação a população total e alta desigualdade quanto ao número de entidades por grandes regiões. Esses valores reforçam a pouca contribuição do Estado para o surgimento de novas organizações, o que para Oliveira (2008), acaba ficando sobre a responsabilidade da comunidade, com o objetivo de que esta realize de maneira mais rápida e com custos menores, aquilo que o governo não é capaz de fazer. Além disso, outro fator que influencia é a baixa contribuição oferecida pelo mercado para este setor, como na visão de Barros (2010), quando afirma que, essas instituições dependem de contribuições não apenas públicas, mas também de pessoas físicas e jurídicas para manter seus projetos e atividades em andamento.

As organizações que se classificam ainda, como entidades pertencentes a este setor, são compostas por pessoas jurídicas de direito privado e podem ser constituídas usualmente sobre a forma de Associações ou Fundações, segundo o CCB, art. 44 lei nº 10.406, de 10/01/2002, alterado pela lei nº 10.825 de 22/12/2003. Essa divisão de acordo com Voese e Reptczuk (2011) e Manãs e Medeiros (2012), pode ser compreendida da seguinte maneira: por associações entende – se como sendo aquelas constituídas a partir da união de pessoas, que tem por objetivo determinado, a realização de ações com fins não econômicos. Dessa forma, para que haja a criação de um empreendimento associativo é necessário o cumprimento dos requisitos exposto nos arts. 53 e 54 dessa respectiva lei, que exige: a denominação, os fins e a sede da associação; os requisitos para a admissão, demissão e exclusão de associados; os direitos e deveres dos associados; as fontes de recursos para sua manutenção; o modo da constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos e administrativos; e as condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução.

Enquanto as fundações, ainda na visão destes autores, podem ter natureza pública ou privada e eles as caracterizam como, entes dotados de personalidade jurídica, que são constituídas a partir de um patrimônio, onde este deve ser destinado apenas para fins sociais. Assim, para que ocorra a efetivação como pessoa jurídica, é indispensável que o caso atenda

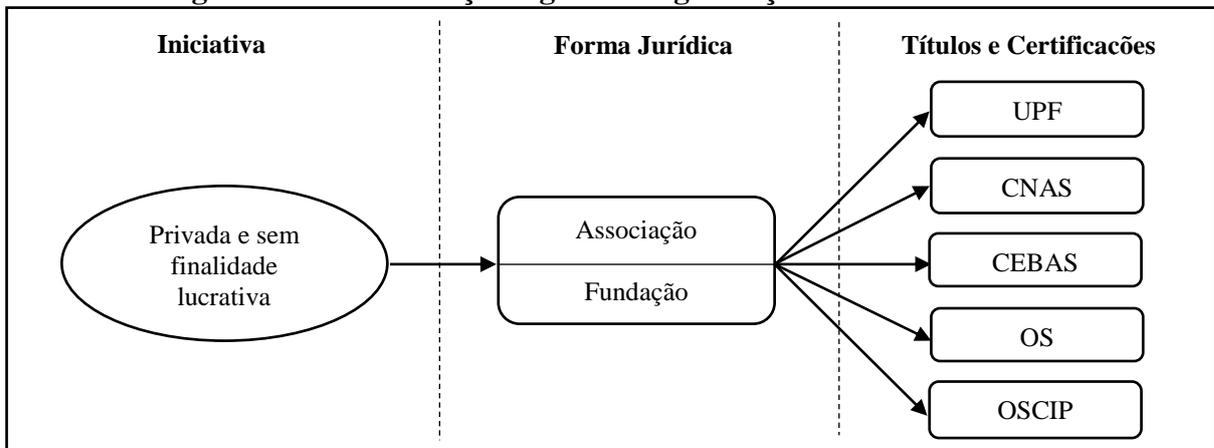
ao exposto no parágrafo único do art. 62, do CCB vigente, a qual determina que sejam constituídas exclusivamente as fundações que tenham como finalidade questões religiosas, morais, culturais ou de assistência. Portanto, a principal diferenciação entre as duas formas jurídica de organização deste segmento, consiste no foco primário, que para o primeiro está no indivíduo e o segundo no patrimônio.

Em seguida, ao reconhecimento formal da pessoa jurídica, as entidades de interesse social podem requisitar junto ao Poder Público a definição legal quanto aos títulos, registros, certificados ou qualificações. Para que a instituição possa ser atendida em seu pedido, a mesma deve obedecer às exigências conforme definido pela legislação para cada ação específica, destacando que nem todos têm caráter acumulativo. Segundo o CFC (2008), Voese e Reptczuk (2011) e Manãs e Medeiros (2012), essa delimitação tem como objetivo: diferenciar e enquadrar as instituições em regimes jurídicos específicos; comprovar que estas organizações dispõem de credibilidade junto aos órgãos emitentes da certificação e, portanto, são confiáveis; simplificar a captação de investimentos privados e também a obtenção de financiamentos; facilitar os benefícios fiscais (imunidade e isenção de impostos e contribuições); oportunizar o acesso a recursos públicos e viabilizar os convênios e parcerias com o mesmo; e incentivar as doações proporcionando a estes doadores incentivos fiscais.

Portanto, no que diz respeito ao reconhecimento institucional, todos são títulos atribuídos as organizações que se caracterizam como pessoa jurídica de direito privado e que no ato de sua criação se formalizam como associações ou fundações, atendendo aos requisitos legais, os quais permitem concessão de benefícios as entidades qualificadas, através de subvenções, auxílios, convênios, contratos de gestão, termos de parceria. Nesse processo consideram-se como os principais titulações e/ou certificações prevista na legislação brasileira: a) Título de Utilidade Pública Federal (UPF); b) Registro no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS); c) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS); d) Qualificação como Organização Social (OS); e) Qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

Na Figura 1 é apresentado a caracterização legal desse segmento, como o tipo de iniciativa, a forma jurídica e também os principais títulos e certificações concedidos as organizações pertencentes a este setor. Nota-se que, essa qualificação só pode ser atribuída a entidade de poder público, após ela se constituir pessoa jurídica na forma de associação ou fundação.

Figura 1: Caracterização legal das organizações do Terceiro Setor



Fonte: Adaptado a partir de Moura e Fernandes (2009); Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (2009); Voese e Reptczuk (2011); Manãs e Medeiros (2012).

De acordo com o estudo, o GCA, objeto dessa pesquisa, se classifica como uma instituição de interesse social, qualificada como OSCIP. Por essa razão, neste subcapítulo abordaremos as características dessa qualificação de forma mais ampla, levando em consideração seus pontos principais.

3.1 Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

A diversidade e o crescimento das instituições do Terceiro Setor, estabeleceram o início do “marco legal” desse segmento. Durante esse processo, compreendeu-se a necessidade por artifícios jurídicos capazes de enquadrar e delimitar as entidades e suas ações no ramo social. Na opinião de Luca (2008), essa ausência intensificou e proporcionou os debates e a movimentação da sociedade civil organizada, resultando na criação e aprovação da Lei nº 9.790 de 23 de março de 1999, intitulada A Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, identificadas pela sigla OSCIPs, e regulamentada pelo Decreto 3.100 de 30 de junho de 1999.

Essas mudanças apresentaram importantes alterações no cenário brasileiro, em especial para as Organizações Não Governamentais (ONGs). Segundo o CFC (2008), a nova ordem traz uma especificação quanto a qualidade de interesse público, modificando o conceito do que seria Utilidade Pública, e formula duas novas formas de organizações sociais: as declaradas e as não-declaradas de interesse público. O objetivo dessa lei, consiste em fornecer um maior controle sobre o acesso aos recursos públicos, que são destinados as ações sociais, com o propósito de encaminhar esses valores para as entidades classificadas como OSCIPs, ou seja, conduzir para aquelas declaradas e atuantes no interesse público.

Essas transformações também alteraram as formas de relação entre o Terceiro Setor e o Estado, através da definição do chamado Termo de Parceria. Com a institucionalização do mesmo, houve uma definição mais clara quanto a aquisição de recursos de origem pública, por meio da imposição de exigências referentes as prestações de contas, auditoria dos projetos e fiscalização institucional (CFC, 2008; TAVARES NETO; FERNANDES, 2010; ALMEIDA; ESPEJO, 2012; MAGALHÃES, 2012). O termo atua como uma espécie de contrato, garantindo que a ligação entre as instituições e o Estado tenha uma maior transparência e segurança jurídica, dispensando a necessidade de licitações.

Segundo o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE, 2009), a forma de avaliação das entidades, quanto as aplicações dos recursos públicos, acontece por meio de indicadores de resultado, devendo ser analisados através de uma comissão de avaliação, formada por dois membros do Poder Executivo, um da OSCIP e um por parte do Conselho de Política Pública, quando existente. No caso do não cumprimento dos requisitos legais ou eventuais erros ou fraudes comprovadas, a organização poderá ter sua qualificação cancelada.

Apesar das atuais normas terem melhorado o trabalho das entidades sociais, ainda existe a ausência de um regulamento que defina de maneira clara e consistente as questões tributárias do setor, em especial que tratem sobre o item referente as doações. A necessidade na visão do GIFE (2009), acontece porque esses auxílios constituem a maior parte das arrecadações dessas organizações e, portanto, não podem ser igualados pelo Estado aos recursos das empresas com finalidade lucrativa, para fins de cumprimento de exigências legais.

Por outro lado, também é ofertado para as instituições a chamada imunidade ou isenção. Ainda na visão do mesmo autor, a primeira é ofertada de forma exclusiva para aquelas consideradas filantrópicas, que atuam na área de educação ou assistência social, quanto a segunda é destinada as demais pessoas jurídicas sem fins lucrativos. Sendo assim, antes de solicitar o selo de qualidade, a instituição deve buscar conhecer todos, optando por

aquele que seja mais conveniente, levando em consideração critérios como, a sua estrutura e os objetivos institucionais.

4 METODOLOGIA

A referida pesquisa tem por finalidade analisar a atuação do GCA na cidade de Picos-PI, enquanto instituição do Terceiro Setor. Partindo desse entendimento, procuramos identificar a história do grupo como entidade de interesse social, os principais benefícios proporcionados pela organização à sociedade picoense, e por fim compreendermos como se dá a relação do grupo, para com os órgãos governamentais da cidade.

Esse trabalho fundamenta-se em um estudo qualitativo, que na opinião de Gerhardt e Silveira (2009), consiste em um método abrangente e de interesse amplo, permitindo ao pesquisador a liberdade de direcionar a pesquisa ao longo do seu desenvolvimento. Por isso, é fortemente utilizada no campo social. Quanto a sua natureza, se qualifica como descritiva e exploratória. Na visão de Gil (2011), o objetivo do método descritivo, baseia-se na definição das particularidades de uma população, visando definir a caráter essa relação.

Quanto a exploratória, a mesma tem a finalidade de favorecer ao investigador uma visão geral sobre caso, possibilitando assim a definição dos principais questionamentos (GIL, 2008). Tendo em vista que os estudos de cunho qualitativo apresentam características, que visam determinar a natureza existente na relação entre as variáveis, e além disso, o trabalho aborda sobre um tema ainda pouco explorado e conseqüentemente não permite a formulação de hipóteses precisas a seu respeito.

Para a obtenção dos dados utilizamos a pesquisa de campo, procedimento que possibilitou a extração de informações sobre a referida temática, a fim de se obter respostas sobre o objeto investigado. Segundo a visão de Michel (2005), esse instrumento permite que a coleta dos dados aconteça no ambiente real, onde a dificuldade ocorre.

A coleta dos dados foi realizada no período de agosto de 2014 a junho de 2015. Para esse procedimento foram utilizadas as seguintes técnicas: observação e entrevistas com 3 (três) diferentes roteiros semiestruturados (ver apêndices A, B e C). O universo dessa pesquisa corresponde a 29 (vinte e nove) membros voluntários e 268 (duzentos e sessenta e oito) participantes ativos das atividades culturais do GCA, além de 1 (um) representante da prefeitura municipal da referida cidade.

Foram entrevistados os seguintes sujeitos: o fundador e principal idealizador do projeto GCA, o Senhor Francisco das Chagas Pereira e sua esposa Zélia diretora administrativa; 7 (sete) participantes atuantes no grupo, sendo 3 (três) do sexo masculino e 4 (quatro) do sexo feminino, com idades de 12 (doze) a 19 (dezenove) anos, selecionados através do critério de caráter intencional, aleatório e de acordo com a acessibilidade; e 1 (um) representante por parte do Estado, o Senhor Paulo Fernando Mafra de Souza Júnior, coordenador da diversidade e inclusão na secretária de educação.

As entrevistas foram gravadas e depois transcritas para melhor veracidade das informações, preservado as falas dos entrevistados de forma literal. Os dados foram examinados por meio da análise de conteúdo, uma vez que possibilita ao pesquisador identificar o que está sendo relatado pelo entrevistado, a respeito do tema em questão, sendo pertencente ao indagador a responsabilidade pela interpretação das informações (VERGARA, 2012). Portanto esse método consiste em uma análise complexa, exigindo do interpretador a capacidade de analisar cada discurso dentre os mais diversos, partindo do pressuposto de que, cada um deles possui um sentido diferente.

Entre as limitações encontrada na realização desse estudo, destacamos a ausência de um setor específico que cuide de questões relativas ao Terceiro Setor na cidade de Picos, o que resultou na dificuldade de localizar um representante por parte prefeitura para a

entrevista, pois as secretarias alegavam não ter as informações necessárias para repassar, a falta de conhecimento prévio dos servidores municipais sobre o ambiente de trabalho tanto como do assunto em estudo, e a inexistência de interesse destes em contribuir com a pesquisa, o receio dos entrevistados na sua maioria em não querer gravar para as entrevistas, o despediu de tempo em deslocamento entre as secretarias e coordenações visitas, até chegamos na pessoa do Paulo Mafra, que se dispôs a conceder a entrevista.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

5.1 Grupo Cultural Adimó enquanto Terceiro Setor

Neste capítulo apresentaremos o GCA como instituição do Terceiro Setor e seu trabalho na cidade de Picos – PI, bem como a visão do fundador e dos participantes sobre este projeto, destacando o tempo de atuação da organização, os motivos para o seu surgimento, os objetivos principais e o seu papel enquanto entidade de interesse social.

Segundo informações da própria instituição, o GCA foi criado em 2006, por iniciativa de Francisco das Chagas Pereira, o Mano Chagas, com o apoio de casais paroquianos da referida cidade, mas foi apenas em julho de 2007, que o grupo se constituiu como pessoa jurídica e posteriormente recebeu o título de OSCIP. Atualmente, o mesmo trabalha com o desenvolvimento de atividades educativas, culturais e esportivas no combate ao racismo e a ociosidade, que através de suas ações tem o objetivo de assegurar a inclusão de seus participantes tanto na sociedade quanto no mercado de trabalho, garantindo assim a efetivação de alguns dos direitos sociais como educação, proteção à infância, assistência aos desamparados entre outros previstos na CF. Na Figura 1, apresentamos a logomarca do GCA.

Figura 1 - Logomarca do Grupo Cultural Adimó



Fonte: GCA (2015).

O GCA encontra-se localizado atualmente na Rua São Vicente, no bairro Bomba, do referido município. Em seu quadro de pessoal, conta com 29 voluntários, que trabalham em funções administrativas, organização de eventos, capacitações e também ministrando oficinas de inclusão digital, dança, cultura, esporte entre outros, para atender a demanda de 268 participantes, entre eles crianças, adolescentes, jovens e idosos da sociedade local. Essa procura segundo Luca (2008), consiste por causa do não cumprimento das funções econômico-social por parte do estado brasileiro, recaindo sobre a sociedade, a necessidade de buscar formas alternativas para a melhoria na qualidade de vida.

Em um primeiro momento entrevistamos o fundador do GCA, o Mano Chagas, onde questionamos a respeito da origem e significado do nome Adimó. O mesmo relatou que este é fruto de um trabalho de pesquisa, voltado para a integração das questões étnicas raciais, em especial a cultura negra, como podemos constatar no discurso do fundador:

[...] A gente conheceu no vocabulário Iorubá³ [...] a palavra Adimó [que] significa abraço, né?! [...] (**Fundador do GCA**)

Por essa razão, para ele, o grupo nasceu da proposta de dar um abraço em Picos e na região. A escolha dessa expressão “abraço”, evidencia que um dos objetivos principais do projeto, consiste em fornecer assistência para as minorias, carentes de auxílio do Estado. A exposição desse pensamento na fala do fundador do GCA, representa na opinião de Oliveira (2005), o interesse que a sociedade demonstra em combater os problemas sociais do mundo atual, através dessas entidades. Por isso, as organizações não governamentais podem ser vistas como verdadeiras representantes da coletividade.

Quanto ao surgimento do grupo, perguntamos os motivos que levaram a criação do mesmo e o período em que ocorreu. Segundo Mano Chagas, a idealização do Adimó é resultado de sua militância em movimentos sociais, que iniciou no ano de 1975 e que dura até os dias atuais. A partir disso, criou-se o projeto tambores para a vida, que tinha por objetivo envolver a comunidade jovem de Picos, por meio da música com instrumentos de percussão. Entretanto, este seria apenas o ponto de partida, para a formação do GCA, que se consolidaria seis meses depois, no final de 2006, como observamos através do seguinte trecho:

[...] O Adimó ele veio provocado primeiro por uma militância minha [...] mas idoso, não estava mais naquele pique [...] a gente decidiu que tinha que ter outra proposta [...] aí no ano de 2006 [...] cuidamos de criar a parte de sistematização dessa ideia [...] (**Fundador do GCA**)

Ele conta que o primeiro desafio enfrentado foi a inclusão da própria família no projeto, e que desse envolvimento surgiu a companhia de dança afro (uma das principais atividades do GCA), e outras ideias que foram sendo acrescentadas futuramente as atividades, como o trabalho político, o basquete, a capoeira, entre outros. Então, com a expansão do grupo, se percebeu a necessidade de buscar um espaço maior, como destaca o fundador: “[...] a gente falou logo, precisamos de [uma] sede, né [não são apenas] mais dez crianças”. Com isso, o GCA firmou uma parceria com a sociedade São Vicente de Paula (SSVP), conhecido como os Vicentinos.

Na entrevista com o coordenador da diversidade e inclusão, Paulo Fernando Mafra de Souza Júnior, representante da prefeitura de Picos, indagamos a respeito das organizações sem fins lucrativos existentes na cidade e sobre os projetos e atividades desenvolvidos por elas. Ele destacou que existem três instituições, que são do seu conhecimento: o G GLOSS, que trabalha com as questões da sexualidade; a associação PRO BRASIL, com foco na saúde; e o GCA, nas ações culturais. Entretanto, segundo o representante não há nenhum departamento por parte do município que realize um mapeamento dessas entidades, como destacado no fragmento:

[...] Na verdade eu vejo que a prefeitura deixa tudo solto mesmo, não existe [...] um órgão ou um [...] departamento que trate de projetos como esse. (**Representante da Prefeitura**)

Portanto, quando as instituições desejam algum auxílio público, elas procuram as secretarias. Assim, a falta de incentivo financeiro, por parte do Estado, faz com que essas organizações tenham dificuldades em realizar as suas atividades. Tendo em vista que para Silva, C. (2010), o acesso a esses benefícios constitui-se na fonte que permite a essas entidades a realização de suas atuações. Percebemos ainda que, o órgão não se preocupa em cadastrar e acompanhar os trabalhos realizados por essas instituições no município, assim

³ Língua originária da África, falada pelo povo Iorubá, uma das maiores etnias do continente africano.

como não são realizados nenhum tipo de registro de tais informações junto as unidades, com isso não se tem conhecimento do número total de organizações atuantes na cidade.

Quando o sondamos sobre o seu conhecimento acerca do Adimó, o representante da prefeitura destacou o papel da instituição enquanto entidade do Terceiro Setor:

[...] O grupo Adimó, ele realmente tem feito o papel mesmo de Terceiro Setor [...] de fazer aquilo [que] o Estado poderia esta fazendo [...] atividade cultural [...] muitas vezes de atividades [até] mesmo educativas, né?! [...] (**Representante da Prefeitura**)

O representante da prefeitura reconhece que o grupo Adimó tem desenvolvido atividades que beneficiam a população local e que de fato esse papel caberia ao Estado, que não tem cumprido esta função, segundo ele o Adimó, atende em torno de trezentas crianças e senhoras também. Partindo desse pressuposto, o fundador do GCA ressalta que o objetivo principal de criação do grupo consiste na proposta de combate ao racismo, com trabalhos sociais: [...] então a gente pensou, vamos mostrar pra sociedade elementos da cultura negra de uma forma positiva, porque até então eles [apenas] têm visto ao meu ver de forma negativa [...].

Portanto, é perceptível que a instituição trabalha buscando mostrar a sociedade elementos da cultura negra de forma positiva, também busca através de seu trabalho diminuir a ociosidade das pessoas, além de beneficiar com o desenvolvimento da cultura local. Quanto as atividades realizadas pelo grupo, percebemos que existe uma grande variedade, de modo que existe oficinas fixas, na parte cultural como: danças no geral, na área de esporte tem capoeira, oficinas de informática com software livre, e as esporádicas como: teatro e concursos diversos, como foi relatado pelo Mano Chagas.

Em sua maioria os participantes entrevistados conheceram o grupo Adimó há mais de um ano, tendo o seu primeiro contato com o trabalho, através de pessoas e de redes sociais.

Em 2011, eu fazia aula de dança com a nossa diretora, aqui do local a Zélia, aí ela me convidou pra vir conhecer o projeto e até mesmo participar [...] (**Participante 01**)

Eu conheci em 2011, por meio do meu pai, que me levava pra assistir as apresentações e da minha amiga que fazia parte do projeto já. (**Participante 04**)

[...] Através das redes sociais. (**Participante 05**)

Os alunos, hoje, atuantes no grupo conheceram o projeto por meio de suas atividades, sendo convidados a integrarem a este, por pessoas como pais e amigos ou a própria diretora do GCA, que já possuíam um conhecimento sobre a atuação do mesmo. A exposição das apresentações em público e a divulgação do grupo, por meio das redes sociais, também foram importantes para que as pessoas o conhecessem.

A variedade de atividades, o incentivo dos envolvidos no projeto e a afinidade de alguns trabalhos desenvolvidos pela entidade, foram alguns dos motivos que levaram os participantes a se envolver nas atividades do grupo. Quando perguntamos aos alunos entrevistados se eles participaram de alguma seleção para se tornar membro do Adimó, eles afirmaram que não, alguns até receberam convites para se integrarem nas atividades, porém, o único requisito necessário foi a realização de sua inscrição.

Nem todos os alunos possuem conhecimento detalhado das atividades que o grupo oferece, entretanto sabem da existência de cada trabalho exercido dentro da entidade. Dentre os integrantes entrevistados, seis participam do balé e todos os sete das aulas de dança e alguns são monitores. Entre as atividades citadas existem vários tipos de dança como, a

contemporânea, afro, forró, dança do ventre, dentre outros. Os horários para realização das atividades se divergem entre os participantes, eles se adaptam ao funcionamento do grupo, mas todos garantem que isso, não interfere de maneira alguma no bom desempenho escolar, pois, em primeiro lugar se dedicam a escola e depois ao GCA.

De acordo com os participantes entrevistados todos possuem um relacionamento bom e amigável com os demais membros:

Ótimo! Todos são meus amigos. Convivo muito com eles, diariamente, e é uma amizade que vou levar pra vida toda. (**Participante 01**)

É muito bom! A gente, assim, pelo menos do grupo de dança, a gente se trata como uma família, a gente convive bastante [...] (**Participante 04**)

A relação entre os envolvidos no Adimó vai além do profissionalismo, eles se intitulam uma família e como tal unem suas forças para vencer os desafios que o grupo venha enfrentar. A interação entre eles é muito boa e o nível de amizade e cumplicidade é bem grande, levando essas relações para fora da instituição. Investigamos dos participantes se eles possuem algum vínculo como voluntário, e seis afirmaram que são já voluntários, os chamados monitores, alguns com mais de um ano e outros com apenas alguns meses. Um único aluno que informou não ser voluntário, pois, os horários dos seus estudos, coincidem com as atividades de monitoria, porém, pretende tornar-se quando houver outra oportunidade.

4.2 Adimó, prefeitura e sociedade picoense: uma relação discutível

Nesta parte do trabalho mostraremos a relação do GCA com a prefeitura de Picos e a sociedade local, os discursos de ambos os lados sobre o papel que compete ao Estado e a entidade de interesse social, bem como a forma que o grupo se organiza financeiramente para o desenvolvimento de suas eventuais atividades.

As instituições constituintes do Terceiro Setor no município de Picos, especificadamente o GCA, não possui um vínculo efetivo com a prefeitura da cidade, pois não existe nenhum cadastramento para o reconhecimento dessas ONGs e nem acompanhamento. Segundo Paulo Mafra, o conhecimento que a mesma possui dessas entidades se faz quando as elas procuram o órgão para apoio em algum dos seus projetos, como demonstramos na explicação do representante:

Na verdade, é a insistência dessas instituições, de querer fazer alguma coisa, de produzir alguma atividade, que faz com que elas apareçam. (**Representante da Prefeitura**)

Fica claro que a prefeitura não trabalha com o desenvolvimento de políticas públicas, voltadas a atender essas instituições, direitos estes que são amparados na legislação que trata sobre o Terceiro Setor e suas parcerias com o Estado. Como está contido para as OSCIPs pela Lei nº 9.790/99, regulamentada pelo Decreto 3.100/99 e sistematizada por meio do chamado Termo de Parceria.

Questionado sobre o uso de algum canal de comunicação para divulgação/promoção das instituições, o representante da prefeitura, afirma que, não há nenhuma divulgação ou incentivo para o surgimento de novas ONGs. Segundo Oliveira (2008), o não incentivo consiste em um método utilizado pelo Estado, a fim de responsabilizar a comunidade, de forma que esta venha realizar a sua função, para que com isso, ele possa ter menos custo para fornecer assistência a população.

Já o GCA, de acordo com Mano Chagas, promove a divulgação da sua imagem com a ajuda de dois voluntários, que auxiliam nas suas horas vagas como assessores de comunicação, elaborando textos para exposição das ações que irão ser realizadas e também, por meio de uma parceria com o Instituto Multicon de Tecnologia Gerencial, representado na figura do Aislan Rafael Rodrigues, webmaster, que está trabalhando na construção do site do Adimó.

[...] Nós temos aqui três pessoas [...] o Luciano e o Raí, que contribuem na elaboração dos textos, fala: olha vai acontecer isso [...] eles elaboram e divulgam [...] tem o Aislan [...] que está trabalhando no nosso site (**Fundador do GCA**)

Apesar de já possuírem um site provisório, o fundador decidiu por fazer um novo site com a intenção de atrair, alcançar e convidar a sociedade a conhecer o grupo. O GCA ainda possui um parceiro forte na área da comunicação, o Sistema de Comunicação de Picos, além de outras empresas que estão consolidando parcerias para fortalecimento da imagem do grupo. Perguntamos ainda aos participantes atuantes sobre a imagem que o GCA lhes transmite. Obtivemos respostas que enfatizam a importância da entidade, na ajuda à sociedade, principalmente as classes sociais mais baixas, elas ainda afirmaram que a organização desenvolve atividades para a construção do indivíduo enquanto cidadão, no âmbito pessoal e profissional, como nos demonstram os discursos:

Uma imagem de muita sabedoria, e de muita experiência que nos ensina a viver no mundo de hoje em dia, que é muito difícil. (**Participante 01**)

[...] O Adimó pra mim é como [...] é um projeto social, que ele ajuda muito na vida de crianças, e adolescentes que, assim, não teria nada para fazer em casa e estariam aí na rua [...] e aqui no projeto elas tem uma distração e quem sabe até eles possam descobrir uma profissão com isso. (**Participante 05**)

Os alunos enfatizam a importância do grupo para a suas vidas e para as demais crianças da comunidade, que por pertencerem as minorias, ou seja, não possuem verdadeiras oportunidades na vida, poderiam estar ociosas, se não inseridas nas atividades do grupo. Além disso, o GCA, atua como um articulador da autoestima dos alunos, o que auxilia na formação pessoal e profissional deles, como explica a Zélia:

Tem que ver também [...] a questão da autoestima [...] a gente fala assim, o que você quer ser? [...] a gente escuta, a não sei [...] e aqui [no Adimó] se você chegar e disser, você vai ser o que? [...] todos eles já sabem o que querem ser (**Diretora administrativa do GCA**)

Por essa razão, Voese e Reptczuk (2011), enfatizam a importância da existência dessas organizações, visto que elas têm a finalidade de proporcionar aos indivíduos uma melhor qualidade de vida, através de mudanças sociais. O relacionamento existente entre a prefeitura, o GCA e as demais ONGs são estritamente distante, não há um vínculo concreto. Devido ao fraco apoio, por parte da prefeitura o fundador do GCA relata como foi difícil o processo de formalização da mesma, pois não tinha ideia de como era ter uma nomenclatura de ONG e OSCIP, mas que obtiveram ajuda de voluntários que sistematizaram o projeto e que hoje ainda possui muitas dificuldades, principalmente na parte administrativa.

[...] Quando a gente criou teve um impacto muito grande, porque como fazer um projeto social sem ter recurso? [...] mas encaramos isso, porque eu tinha uma vontade [...] (**Fundador do GCA**)

[...] Nós temos dificuldade, é [...] principalmente na parte administrativa [...] porque o conhecimento que se tem [de] gerenciamento, de administrar tudo isso é [...] muito pouco, a gente já fez alguns cursos junto com o IFPI [...] (**Fundador do GCA**)

Vale ressaltar que, se a ONG deixar de preencher os requisitos legais após a sua formalização, esta poderá ter a sua titulação cancelada (GIFE, 2009). Percebemos que apesar de todas as dificuldades o fundador se preocupa em colocar a instituição dentro dos parâmetros legais e destaca a importância da especialização como forma de poder se obter um trabalho mais organizado e eficaz. Ele reconhece que precisa haver um acompanhamento melhor, utilizando-se das ferramentas administrativas necessárias para um controle total do projeto.

Para os participantes a principal dificuldade que o GCA enfrenta é a falta de recursos financeiros para que os projetos sejam concretizados, mas dois dos entrevistados ressaltaram a dificuldade de haver mais voluntários no grupo e a importância destes para prestação de assistência com sua mão-de-obra. Essa necessidade enfrentada pelo Adimó, ocorre porque o município não atua em parceria com essas entidades, o que para Luca (2008), não seria a maneira correta para o bom funcionamento das instituições do Terceiro Setor, já que esse segmento tem a finalidade apenas de completar as ações do Primeiro e Segundo Setor e não assumir a responsabilidade total por ambos.

Questionado sobre a existência de alguma política pública estadual ou municipal voltada para atender as ONGs, o representante da prefeitura destaca que não há, e na realidade essas entidades quando tem um projeto, os apresentam e com isso se instaura uma parceria com alguma secretaria: “[...] aí eles [presidentes das ONGs] apresentam um projeto, uma parceria, né?!, com [a] secretária de educação, secretário [...] são trabalhos muito pontuais, eu não vejo como políticas mesmos, de transformação da realidade [...]”. Portanto, não existe um órgão ou departamento exclusivo para atender as instituições, mas quando estas desenvolvem algum projeto, procuram a prefeitura e suas secretarias na intenção de criar uma relação de parceria, e se não conseguem procuram outras formas de angariar recursos para o desenvolvimento dos seus projetos.

Quanto aos esforços das ONGs para promover reformas no sistema legal que beneficiem o setor e as ações filantrópicas, o representante da prefeitura evidencia que já presenciou projetos que tem como objetivo instituir melhorias no contexto social, para benefício da sociedade em geral.

[...] O Adimó eu presenciei trabalhos mesmo de criar projetos, pra criar leis, né?!, é projetos pra estabelecer um dia comemorativo de conscientização do racismo, né?! [...] (**Representante da Prefeitura**)

O planejamento e acompanhamento dessas políticas envolvendo a comunidade são feitas pela gestão municipal através de movimentos sociais, mas nem sempre a sociedade procura se envolver, a maior parcela das pessoas que acompanham essas políticas são pessoas ligadas diretamente à gestão pública, como afirma o representante da prefeitura: “[...] mas é [...] muitas vezes são pessoas mesmo que já estão ligadas às questões políticas mesmo, eu não vejo a presença da sociedade civil aqui em Picos. Tanto é que a sociedade civil aqui, eu acho muito [...] não participativa [...]”. Não existe um incentivo por parte da prefeitura para a participação da sociedade nessas políticas públicas, e uma dificuldade de adquirir informações se não fizer parte de algum dos movimentos sociais, existe ainda uma negligência por parte da prefeitura quanto ao envolvimento dos movimentos nas políticas públicas.

Segundo Paulo Mafra, a prefeitura devido não haver políticas públicas não existe nenhum método de avaliação, muito menos um setor responsável para análise das mesmas, somente quando aparece algum projeto é que os gestores se reúnem para examinar se a ação é

viável. Na opinião do GIFE (2009), deve haver uma verificação quanto ao desempenho dessas instituições, realizada através de indicadores de resultado, estando a cargo do poder público realizar essa inspeção.

O GCA mantém ativa a sua atuação através do apoio realizado por um colégio particular da cidade, o Instituto Monsenhor Hipólito (IMH), com o valor simbólico de R\$300,00 (trezentos reais) mensais, pedindo apoio ao comércio em geral quando necessita de algum material e com outras parcerias.

[...] Nós temos um apoio do IMH que nos ajuda mensalmente em torno de 300 reais [...] outra forma é o 'pidômetro' né?!, que é o maior método que a gente chama aqui é o 'pidômetro' [...] (**Fundador do GCA**)

Mesmo sendo uma ONG, o GCA precisa de recursos para desenvolver suas atividades, a captação se faz através das parcerias que esta possui quando vai solicitar materiais as empresas. O fundador ressalta que prefere pedir os itens/materiais de que necessitam ao invés de dinheiro, já que há um receio por parte dos parceiros quanto ao uso correto do recurso financeiro. Para o GIFE (2009), o título de OSCIP, fornece a entidade que o possui, uma garantia de confiabilidade, perante a sociedade. Portanto, a falta de conhecimento da sociedade quanto a atuação desse tipo de instituição, dificulta o desempenho de suas atividades.

Além disso, existem os auxílios fixos, como o colégio IMH, com o apoio em dinheiro e os Vicentinos, que cede o espaço onde fica localizada a entidade. Há também os parceiros semifixos, os voluntários e os parceiros eventuais que aparecem quando há eventos e ajudam da maneira que podem. Também existem as parcerias firmadas por bolsas de estudo, oferecidas pelos colégios particulares da cidade. Além de recursos advindos das premiações obtidas pelo GCA.

O representante da prefeitura quando questionado sobre qual o valor destinado em orçamento público municipal e os benefícios oferecidos pelo governo às instituições do Terceiro Setor, relatou que não saberia informar, pois a cada gestão muda-se a forma de administração, e que não existe nenhuma forma de distribuição de recursos por não haver políticas públicas municipais. Sobre os gastos financeiros para a realização das atividades do GCA, perguntamos aos participantes da organização se eles embolsam algum valor para concretizar os projetos desenvolvidos, estes afirmaram que não gastam nada, apenas dois dos sete entrevistados ressaltaram que quando existe algum evento que necessita de figurino eles contribuem para a compra dos tecidos e pagamento da mão de obra das roupas utilizadas.

Quando interrogado, sobre o relacionamento desta para com as ONGs, o representante da prefeitura afirmou que não existe uma relação estável, o que há é uma estreita aproximação quando existe algum projeto em que ambas possam se ajudar, ou mesmo uma relação de interesse político, por parte dos representantes municipais. O fundador do GCA confirma na sua fala que realmente não existe nenhuma ligação do grupo com a prefeitura, o que há são relações pessoais com os secretários, que por vezes ajudam. Além disso, há um desconhecimento dos representantes sobre a Lei N° 10.406, de 10 de janeiro de 2002, também conhecida como Código Civil e a Lei N° 9.790, de março de 1999, denominada Lei das OSCIPs.

[...] Como OSCIP [...], [nós] podemos fazer convênio com o Adimó de cinco mil por mês, dez mil por mês, porque existe lei pra isso. A gente tem várias leis que podem [...], mas eles não têm interesse, não tem interesse por que é político, né?! [...] (**Fundador do GCA**)

[...] Oficialmente nada, nós não temos nenhuma ligação com Prefeitura [...] o que nós temos são relações com um outro secretário, relações pessoais que terminam ajudando [...] (**Fundador do GCA**)

[...] Eu não conheço essa lei (**Representante da Prefeitura**)

O fundador ainda relata que falta interesse da prefeitura para com a ONG, pois como OSCIP poderia ser firmado um convênio dentro dos parâmetros legais, mas para o fundador os interesses políticos ultrapassam os benefícios que poderiam ajudar o crescimento e fortalecimento do grupo e conseqüentemente trariam benefícios à sociedade. Entretanto, apesar do apoio pessoal de alguns secretários existe uma grande burocracia para que ele justifique a utilização para recebimento dos recursos.

A respeito do papel dessas instituições frente à sociedade e a representação que estas têm para a prefeitura e para o município, o representante de prefeitura relatou que o GCA tem realmente tem tido o desempenho que uma entidade do Terceiro Setor deve ter, tem desenvolvido atividades culturais e educativas, tem feito aquilo que é de responsabilidade do Estado.

Eu acho que o Adimó, tanto como a questão de fazer o que o Estado [não] faz, também faz o papel muito de sociedade civil, de cobrar mesmo. Às vezes de ir na justiça e [...] denunciar casos, está entendendo? (**Representante da Prefeitura**)

O Adimó além de lidar com as questões socioeducativas luta por direitos que são da população, no intuito de garantir os benefícios que são de interesse próprio de cada cidadão. O representante ainda afirma que as ações desenvolvidas pelo GCA são visíveis no cotidiano das suas atividades. Entretanto, para o fundador o Adimó trabalha muito além do que somente com as atividades socioculturais e educativas, trabalha com a autoestima, traz uma oportunidade de crescimento profissional para as pessoas, além de despertar o desenvolvimento voluntário social e contribui também com os programas sociais existentes na cidade.

Para os participantes o grupo Adimó é de extrema importância e o desenvolvimento de suas atividades tem contribuído bastante em diversos aspectos.

[...] Têm muitos de nós que já são professores de dança em outros locais, e o grupo proporciona essa qualificação. (**Participante 04**)

Assim [...] eu contribuo com amor, carinho que eu sinto. Quando eu vou dar aula eu sinto ajudar algum a dar aula, é [...] não sei muito como explicar. (**Participante 05**)

Como eu disse, era muito tímida, e [o Adimó] trouxe isso: uma melhor socialização com as pessoas. (**Participante 07**)

O GCA tem colaborado com muitos alunos na sua qualificação profissional, tem proporcionado experiências que trouxeram oportunidades de se engajar no mercado de trabalho, tem contribuído na socialização e interação entre as pessoas, auxilia as pessoas a ultrapassar as dificuldades encontradas no decorrer da vida, além de proporcionar um espírito de solidariedade e de amor para com o próximo e amor pelo trabalho que tem realizado. Percebemos que eles realizam seu trabalho com muito amor, dedicação e respeito para com o outro, e que se envolvem realmente com aquilo que é proposto pelo Adimó, sentindo-se realizados com isso.

Os alunos que participam do grupo Adimó sentem uma motivação e compromisso por parte de todos os envolvidos no projeto. O participante 01 afirma que a direção instiga muito a participarem nas aulas e isso ajuda na motivação, além do que esse estímulo lhe traz a

oportunidade de aprender e partilhar experiências, como relata na sua fala: “[motiva] a ensinar quando tem algum evento, que eles pedem pra ir alguém daqui. Eles sempre indicam a gente pra ir participar de palestra e nos motiva muito isso”. O participante 04 ainda completou que além dos incentivos intrínsecos existem os extrínsecos, com a recompensa pelo trabalho com prêmios de reconhecimento e material, como centrais de ar, violões, computadores, dentre outros, e isso faz com que haja um envolvimento e compromisso maior ainda com os projetos desenvolvidos.

Na visão dos participantes do GCA, os profissionais que trabalham com o projeto são pessoas qualificadas, muito dedicadas e que se esforçam bastante para desempenhar um trabalho com excelência.

Pessoas com muita capacidade [...] e que estão prontas e preparadas para ensinar o que realmente sabem. **(Participante 01)**

São [...] eles são muito empenhados, muito dedicados com os alunos. **(Participante 03)**

[...] Profissionais excelentes, qualificados assim [...], pra trabalharem com as crianças e totalmente com os adultos [...] ninguém é cobrado, nada, a gente faz porque gosta. **(Participante 05)**

O resultado positivo do bom trabalho exercido pelo grupo e a capacitação necessária dos profissionais para o alcance desse resultado é consequência do compromisso de tarefas realizadas com muito amor, o incentivo vem dos frutos colhidos em cada projeto concretizado. Em relação à assessoria, os alunos garantiram que há uma ajuda mútua como relata o participante 01: “Ah! Eu me sinto muito à vontade. Eles sempre nos ajudando, como a gente sempre diz: é uma segunda família, todo mundo unido, onde todo mundo pode contar com todo mundo pra qualquer hora”. Há também um grande apoio dos profissionais que se comprometem em estar à frente do Adimó, além de igualdade no tratamento com cada membro, o que para os participantes é importante.

Na opinião dos participantes, o papel do GCA vai além do trabalho com o combate ao racismo, pois, desenvolve atividades que tiram pessoas, tanto jovens como adultos, da ociosidade e ajuda a convivência e o respeito para com o próximo.

O papel do Grupo Cultural Adimó, é disponibilizar pra sociedade [...] é esporte, lazer, cultura e cidadania. Ensinar a eles a diferença de cada um e a conviver com isso. **(Participante 01)**

Eu acho que é esse papel mesmo na sociedade, de tirar crianças e adolescentes da rua e dar, digamos que, mais educação pra eles, fora esse da escola e dar uma visão melhor de futuro pra eles. **(Participante 04)**

O GCA auxilia a sociedade, principalmente as classes sociais mais baixas, na construção de cidadãos capazes de serem agentes transformadores da realidade e capazes de aproveitar as oportunidades em busca de um futuro melhor. A representação que o Adimó tem na vida dos participantes é de uma segunda casa, eles consideram que o grupo é a sua segunda família, sendo esse o fator que necessitam para desempenha com maior empenho possível, as suas atividades.

Sobre a atuação do grupo Adimó na sociedade picoense os participantes afirmaram que este tem tido um desempenho positivo, é uma entidade ativa, que sempre está se envolvendo nos eventos da cidade e que procura incluir as crianças e adolescentes numa cultura de combate ao racismo. Entretanto, na sua fala o participante 05 ressalta que: “Assim [...] a atuação não é muito boa, por causa que a população de Picos não conhece muito bem o

Adimó”, para ele a atuação da entidade não tem sido melhor devido à falta de conhecimento das atividades do GCA por parte da sociedade. A formação de uma sociedade mais justa depende do esforço conjunto do Estado, da sociedade e do Terceiro Setor, tal empenho possibilita a realização concreta dos direitos sociais e da coletividade, existentes na CF (TAVARES NETO; FERNANDES, 2010).

A representação que o grupo traz para a população picoense é justamente o desenvolvimento de uma cultura livre de preconceitos, capaz de ajudar no desenvolvimento de cidadãos íntegros e mais do que isso, o Adimó representa a alegria e a oportunidade de um futuro melhor.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As instituições do Terceiro Setor possuem um papel fundamental para a manutenção das ações em prol da sociedade. Historicamente essas organizações desempenham uma função social, através de suas atividades que suprem as carências deixadas pelo Estado. Para a construção desse artigo, investigamos a forma de atuação do Grupo Cultural Adimó na cidade de Picos – PI, enquanto instituição do Terceiro Setor, bem como a maneira que essa entidade contribui para a sociedade local, além da sua relação, junto às instituições governamentais da cidade.

Na busca por uma melhor obtenção e interpretação dos dados, optamos pela utilização de um estudo qualitativo, com análise de conteúdo. Através da análise dos dados, constatamos uma assimilação entre os discursos dos membros do GCA e do representante da prefeitura, tendo em vista que ambos concordam não existir uma relação próxima entre eles. A falta de políticas públicas para beneficiar as instituições do Terceiro Setor é decorrente de um conjunto de relações políticas existentes na administração da prefeitura. Os representantes não possuem interesse em dar continuidade as ideias instituídas em gestões passadas e com isso, provocam uma paralização das ações voltadas para esse segmento.

Para o grupo, esse descaso acarreta em dificuldades quanto a administração de suas atividades, visto que atualmente o maior problema enfrentado por eles, consiste na questão de captar recursos financeiros, fator este, que seria facilitado se o órgão representante cumprisse o que está estabelecido na legislação vigente para o Terceiro Setor. Verificamos ainda que, a prefeitura, utiliza-se do chamado método de não incentivo, com isso, a responsabilidade de atuar em prol da comunidade, recai sobre os próprios moradores da cidade.

Atualmente o GCA é mantido através de parcerias fixas ou esporádicas. Os valores fixos ocorrem por meio de doações financeiras ou através da concessão de recursos físicos, matérias e auxílios educacionais, utilizados para manutenção da organização. Quanto aos recursos sazonais ocorrem normalmente em período de eventos realizados pelo grupo. O GCA atua no auxílio de crianças, adolescentes, jovens e idosos da cidade de Picos, por meio do desenvolvimento de atividades educativas, culturais e esportivas no combate ao racismo e a ociosidade.

Através de suas ações, a instituição promove uma mudança significativa na vida de inúmeras pessoas que se envolvem com o grupo, pois, este atua como orientador do processo de formação pessoal e profissional dos seus membros. Além disso, o papel do GCA vai além do trabalho com o combate ao racismo, pois, suas atividades libertam seus participantes da ociosidade e ajudam na convivência e no respeito para com o próximo, auxiliando com isso, principalmente as classes sociais mais desfavorecidas, na construção de cidadãos capazes de serem agentes transformadores da sua realidade.

Apesar da fraca relação com a prefeitura, o órgão através do seu representante reconhece o valor que o GCA tem para a população, enquanto entidade do Terceiro Setor é capaz de beneficiar inúmeras pessoas da cidade de Picos, além disso, para a sociedade, o

Adimó representa para a população picoense uma cultura livre de preconceitos, capaz de trazer alegria e a oportunidade de um futuro melhor.

Portanto, concluímos que não existe o desenvolvimento de políticas públicas que sejam voltadas a atender a demanda das entidades de interesse social, o que há são manifestações de interesses políticos por parte da gestão municipal. A população, principal interessada no desenvolvimento dessas ações sociais é deixada de lado, de maneira a ter como seu único apoio as organizações do Terceiro Setor. Com isso, destacamos que as principais contribuições dessa pesquisa, estão em fornecer um maior conhecimento a respeito do GCA e suas ações para toda a sociedade picoense, bem como demonstrar para o público em geral as lacunas existentes na cidade, causadas pelo descaso dos nossos representantes quanto a estas instituições, assim como a má utilização dos recursos públicos.

Sugerimos para futuras pesquisas que seja feito um mapeamento do número de instituições do Terceiro Setor existentes na cidade, de maneira a obter mais informações sobre esse segmento, bem como dados que demonstrem com maior clareza a situação dessas organizações.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, A. C. C. **Terceiro Setor: história e gestão de organizações**. São Paulo: Summus, 2006.
- ALMEIDA, V. E.; ESPEJO, R. A. **Contabilidade no Terceiro Setor**. Curitiba: IESDE, 2012.
- ALVES JÚNIOR, M. D.; FARIA, M. V. C. M.; FONTENELE, R. E. S. Gestão nas organizações do Terceiro Setor: contribuição para um novo paradigma nos empreendimentos sociais. In: XXXIII EnANPAD – ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO. 33., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FAPESP, 2009. p. 1-16.
- ANDRADE, M. G. V. **Organizações do Terceiro Setor: estratégias para captação de recursos junto às empresas privadas**. 2002. 146 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Porto Alegre, 2002.
- BARROS, P. F. A. **ONGs em crise: estratégias de comunicação de ONGs em crise de imagem institucional**. 2010. 121 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, 2010.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 10.825, de 22 de dezembro de 2003. Dá nova redação aos arts. 44 e 2.031 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.825.htm#art44>. Acesso em: 16 jun. 2015.
- CALEGARE, M. G. A. **A transformação social no discurso de uma organização do Terceiro Setor**. 2005. 193 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e do Trabalho) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- _____; SILVA JUNIOR, N. A “construção” do Terceiro Setor no Brasil: da questão social à organizacional. **Psicologia Política**, v. 9, n. 17, p. 129-148, jan./jun. 2009.

CARRION, R. M. Organizações privadas sem fins lucrativos: a participação do mercado no Terceiro Setor. **Tempo Social**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 237-255, nov. 2000.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Manual de procedimentos contábeis e prestação de contas das entidades de interesse social**. Brasília, 2008.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL. **Terceiro Setor: guia de orientação para o profissional da contabilidade**. Porto Alegre, 2011.

CUNHA, L. T.; ALBUQUERQUE JÚNIOR, E. P.; CABRAL, A. C. A.; PESSOA, M. N. M.; SANTOS, S. M. Configuração da estrutura organizacional no Terceiro Setor: o caso Edisca. **REGE**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 385-407, jul./set. 2011.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2011.

GIMENES, É. R.; MAZZEI, B. B. Terceiro Setor: ações da sociedade civil em prol do desenvolvimento social brasileiro. **Caderno de Administração**. v. 16, n. 2, p. 3-12, jul./dez. 2008.

GRUPO DE INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS. **Perspectivas para o marco legal do Terceiro Setor**. São Paulo, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil**. Rio de Janeiro, 2012.

LUCA, C. A. **O Terceiro Setor na economia brasileira**. 2008. 91 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) - Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

MAGALHÃES, R. A. **Terceiro Setor e a fiscalização do tribunal de contas**. 2012. 60 f. Monografia (Graduação em Gestão de Políticas Públicas) – Escola de Artes Cênicas e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MANÃS, A. V.; MEDEIROS, E. E. Terceiro Setor: um estudo sobre a sua importância no processo de desenvolvimento socio-econômico. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 2, n. 2, p. 15-29, jul./dez. 2012.

MICHEL, M. H. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 2005.

MOURA, L. R.; FERNANDES, A. S. A. **Terceiro Setor: uma tentativa de delimitação e caracterização**. In: XXXIII EnANPAD – ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO. 33., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FAPESP, 2009. p. 1-12.

OLIVEIRA, S. B. **Ação social e Terceiro Setor no Brasil**. 2005. 151 f. Dissertação (Mestrado em Economia Política) – Pontifícia, Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

OLIVEIRA, W. I. **Políticas públicas do Terceiro Setor: escolas, ONGs e empresas atuações na região de Campinas**. 2008. 74 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

PERONI, V. M.; CAETANO, M. R. Redefinições no papel do Estado: terceira via, novo desenvolvimentismo e as parcerias público-privadas na educação. In: IX ANPED SUL– SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL. 9., 2012, Rio Grande do Sul. **Anais...** Rio Grande do Sul: UCS, 2012. p. 1-17.

RAUSKI, E. F. Responsabilidade social: avaliação da I Feira do Selo Social 2003. Revista Publicatio, **Ponta Grossa**, v. 12, n. 1, p. 17-30, jun. 2004.

ROSSONI, L.; ONOZATO, E.; HOROCHOVSKI, R. R. O Terceiro Setor e o empreendedorismo social: explorando as particularidades da atividade empreendedora com finalidade social no Brasil. In: XXX EnANPAD – ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO. 30., 2006, Salvador. **Anais...** Salvador: UFPB, 2006. p. 1-13.

SANTOS, M. F.; DORTA, M. C.; SILVA, R. S. A importância das entidades do Terceiro Setor para a comunidade Paulo Afonsina: estudo de caso da gestão do Terceiro Setor no município. **Rios Eletrônica**, Bahia, v. 4, n. 4, p. 31-40, dez. 2010.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Políticas públicas: conceitos e práticas**. Minas Gerais, 2008.

SILVA, C. E. G. **Gestão, racionalidade e instituições no Terceiro Setor: dinâmicas da avaliação de serviços e da prestação de contas em ambiente de controle social**. 2008. 222 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Ciências Empresariais, Universidade FUMEC, Belo Horizonte, 2008.

_____. Gestão, legislação e fontes de recursos no Terceiro Setor brasileiro: uma perspectiva histórica. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 6, p. 1301-1325, nov./dez. 2010.

SILVA, F. M. **Terceiro Setor e o desafio da sustentabilidade: aspectos políticos, técnicos, econômicos e sociais**. 2008. 107 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

TAVARES NETO, J. Q.; FERNANDES, A. O. F. **Terceiro Setor e interesses coletivos: as alternativas sociais na busca da cidadania**. **Sequência**, Santa Catarina, v. 31, n. 60, p. 371-390, jul. 2010.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Altas, 2012.

VOESE, S. B.; REPTCZUK, R. M. Características e peculiaridades das entidades do Terceiro Setor. **ConTexto**, Porto Alegre, v. 11, n. 19, p. 31-42, 1º sem. 2011.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista com o fundador do GCA

- O que significa Adimó?
- Conte sobre a história de criação do Grupo. O que motivou o surgimento do Grupo Adimó? Quando aconteceu?
- Qual o objetivo do Grupo?
- Qual o público do grupo?
- Quais atividades são realizadas?
- Qual o horário de funcionamento?
- Quais os eventos característicos realizados pelo grupo?
- Qual o objetivo de cada atividade (separadamente)?
- Qual a relação de cada atividade com o objetivo geral do grupo Adimó (no caso, o combate à desigualdade racial)?
- O grupo é formalizado? Como foi feita a formalização?
- De que forma o grupo Adimó é mantido?
- Atualmente, quais são os principais parceiros do grupo?
- Como os parceiros contribuem?
- Existe um investimento fixo (mensal) destinado ao grupo? Qual a origem? Desde quando?
- Qual a ferramenta de divulgação do Grupo? Como é trabalhada a imagem do grupo?
- Atualmente, há quantos participantes?
- Existe um critério para seleção dos participantes? Qual?
- Qual a relação do grupo com a prefeitura/governo? Há uma parceria? Se não, por quê?
- Quais os principais impactos das atividades do grupo Adimó na sociedade Picoense? Que benefícios o Grupo traz?
- Quais as principais dificuldades que o grupo enfrenta?

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista com os participantes do GCA

- Nome
- Sexo () M () F
- Idade

- Quando e como você passou a conhecer o trabalho desenvolvido pelo Grupo Adimó?
- O que levou você a participar das atividades do grupo?
- Você participou de alguma seleção para entrar no Grupo Adimó? Em caso afirmativo, como aconteceu esse processo?
- Possui algum gasto financeiro para realizar as atividades no Adimó? Em caso afirmativo, como são estabelecidos esses gastos?
- Você tem conhecimento de todas as atividades que é oferecida pelo Adimó?
- Quais das atividades desenvolvidas pelo grupo, você participa? E há quanto tempo? Como funciona os seus horários em relação as atividades?
- Qual o tipo de contribuição proporcionada a você, pelas atividades grupo?
- Qual a imagem que o Adimó lhe transmite?
- Para você existe uma motivação e comprometimento dos envolvidos no projeto Adimó?
- Como você enxerga os profissionais que trabalham no Adimó? E como você se sente em relação à assessoria prestada pelo grupo?
- Como é o seu relacionamento com os integrantes do grupo?
- Você possui algum vínculo como voluntário no grupo? Em caso afirmativo, qual a função que desempenha e a quanto tempo? Em caso não afirmativo, se tem pretensão em se tornar voluntario?
- Na sua opinião, qual é o papel do Grupo Cultural Adimó? E o que ele significa/representa para você?

- De que maneira você vê a atuação do Adimó na sociedade picoense? E o que o Grupo Cultural Adimó representa para esta sociedade?
- Para você, quais as principais dificuldades que o grupo enfrenta atualmente?

APÊNDICE C – Roteiro de entrevista com o representante da prefeitura de Picos - PI

- Nome
- Formação profissional
- Setor em que trabalha (nome, cargo, tempo de atuação no cargo, atribuições do setor)
- Já atuou em outro cargo de gestão? Em caso afirmativo, qual o cargo e quanto tempo?
- A prefeitura possui algum conhecimento a respeito da existência de instituições do Terceiro Setor, que atue na cidade de Picos?
- Como ocorre esse mapeamento?
- É realizado algum cadastro dessas instituições? Quais os pré-requisitos para o cadastramento? E como é realizado o acompanhamento dessas organizações?
- Qual a quantidade de instituições sem fins lucrativos atuantes em Picos – PI e seus ramos de atuação?
- Quais são esses projetos/atividades? E o número de pessoas beneficiadas/atendidas?
- Existe alguma Política Pública na esfera estadual ou municipal voltada a atender estas instituições? Como funciona? Você acha que essas políticas atendem as necessidades deste Setor?
- Quem participa da elaboração dessas Políticas Públicas municipais? O Sr./Sra., quanto secretário (a) de Assistência Social, qual a sua contribuição em relação a essas políticas?
- Existem mecanismos que possibilitam a participação dessas organizações sem fins lucrativos na formulação dessas políticas?
- Existe algum esforço dessas organizações para promover reformas no sistema legal que beneficiem o setor, as ações filantrópicas, etc.?

- A gestão municipal envolve a comunidade no planejamento e acompanhamento dessas Políticas?
- Existem avaliações a respeito das políticas pública implantadas no município? Em caso afirmativo, como são realizadas essas avaliações? E quem são os responsáveis?
- Existe algum órgão ou setor responsável pelo planejamento dessas ações de avaliação? Caso sim, de que maneira ele utiliza esses dados para o planejamento de novas políticas públicas?
- Qual o seu ponto de vista, a respeito da Lei N° 10.406, de 10 de janeiro de 2002, também conhecida como Código Civil e a Lei N° 9.790, de março de 1999, denominada Lei das OSCIPs, em relação às organizações do Terceiro Setor?
- Qual o relacionamento da prefeitura com essas instituições do Terceiro Setor?
- A prefeitura faz uso de algum canal de comunicação (jornais, sites, entre outros) para a divulgação/promoção das instituições ou como ferramenta de incentivo para o surgimento de novas organizações sem fins lucrativos?
- Quais são os benefícios oferecidos pelo governo municipal para essas instituições?
- Atualmente, qual o valor destinado em orçamento público municipal para este Setor?
- Qual o papel dessas instituições na sociedade e o que representam para a prefeitura e para o município?
- Você conhece o Grupo Cultural Adimó?
- Existe alguma relação entre a prefeitura e o grupo? Caso sim, como funciona essa relação?
- Para você, o que o Grupo Cultural Adimó representa para a sociedade picoense?



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA
“JOSÉ ALBANO DE MACEDO”**

Identificação do Tipo de Documento

- () Tese
- () Dissertação
- () Monografia
- (**x**) Artigo

Eu, MARISA LEAL DA COSTA,
autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de
02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar,
gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação
INSTITUIÇÕES DO TERCEIRO SETOR: UMA ANÁLISE DA ATUA-
ÇÃO DO GRUPO CULTURAL ADIMÓ NA CIDADE DE PICOS - PI
de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título
de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 19 de dezembro de 2016.

Marisa Leal da Costa
Assinatura

Assinatura